



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS**

**Processo nº** 13161.720042/2007-44  
**Recurso nº** Especial do Contribuinte  
**Acórdão nº** 9202-005.412 – 2ª Turma  
**Sessão de** 27 de abril de 2017  
**Matéria** ITR - RESERVA LEGAL.  
**Recorrente** JAIME TEOPISTO BARBOSA ABATH  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR**

Exercício: 2004

ITR. ÁREA TRIBUTÁVEL. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - ADA EXIBIDO ATÉ O INÍCIO DA AÇÃO FISCAL. RESERVA LEGAL - DESNECESSIDADE DE ATO DECLARATÓRIO AMBIENTAL - ADA, PARA ISENÇÃO DA ÁREA NO CALCULO DO IMPOSTO DEVIDO.

A falta de ADA tempestivo não consiste em elemento capaz de obstar o direito ao reconhecimento de área de utilização limitada. Para afastar a glosa de área de preservação permanente, é preciso que o ADA seja anterior ao início do procedimento fiscal. Enquanto que para área de reserva legal, esta exigência pode ser suprida pela averbação da área de reserva à margem da matrícula do registro de imóveis, desde que ocorrida, tempestivamente, antes do fato gerador do tributo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Especial e, no mérito, em negar-lhe provimento. Votaram pelas conclusões os conselheiros Maria Helena Cotta Cardozo, Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Heitor de Souza Lima Júnior, João Victor Ribeiro Aldinucci (suplente convocado), Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri e Luiz Eduardo de Oliveira Santos.

Luiz Eduardo de Oliveira Santos - Presidente em exercício.

Patrícia da Silva - Relatora.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Maria Helena Cotta Cardozo, Patrícia da Silva, Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Ana Paula Fernandes, Heitor de Souza Lima Junior, João Victor Ribeiro Aldinucci (suplente convocado), Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri, Luiz Eduardo de Oliveira Santos (Presidente em exercício)

## Relatório

Em sessão plenária de 08/02/2012, foi julgado o Recurso Voluntário em epígrafe, proferindo-se a decisão consubstanciada no Acórdão nº 2202-01.621 (fls. 79 a 90), assim ementado:

*"ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR*

*Exercício: 2004*

*ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. RESERVA LEGAL. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DO ATO DECLARATÓRIO AMBIENTAL.*

*Para que o contribuinte possa excluir as áreas de preservação permanente e de reserva legal da área total tributável para fins de ITR, é obrigatória a apresentação do Ato Declaratório Ambiental - ADA correspondente.*

*ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO*

*Exercício: 2004*

*LANÇAMENTO DE OFÍCIO. MULTA E JUROS. INCIDÊNCIA*

*Em se tratando de crédito tributário apurado em procedimento de ofício, impõe-se a aplicação da multa de ofício prevista no art. 44 da Lei nº 9.430/1996, bem como dos juros moratórios calculados pela Taxa SELIC.*

*JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. VENCIMENTO.*

*O termo inicial para a cobrança de juros de mora é o vencimento do crédito tributário estabelecido na legislação tributária. Apenas quando não for fixado o tempo do pagamento é que o vencimento ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.*

*Recurso Negado."*

Cientificado do acórdão em 17/07/2012 (AR - Aviso de Recebimento de fls. 113), o Contribuinte interpôs, em 1º/08/2012, tempestivamente, o Recurso Especial de fls. 118 154, visando rediscutir a **obrigatoriedade de apresentação do ADA - Ato Declaratório Ambiental, para exclusão da APP - Área de Preservação Permanente e da ARL - Área de Reserva Legal da tributação do ITR/2004, admitido somente para reanálise do último.**

Contra o contribuinte acima qualificado foi lavrada a Notificação de Lançamento de fls. 1 a 5, pela qual se exige a importância de R\$789.914,38, a título de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, exercício 2004, acrescida de multa de

ofício de 75% e juros de mora, relativo ao imóvel rural denominado Fazenda Santa Edwirges II, cadastrado na Secretaria da Receita Federal sob nº 4.920.092-5, localizado no município de Taquarussu/MS.

## DA AÇÃO FISCAL

Em consulta à Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal de fls. 2 e 3, verifica-se que foi apurado falta de recolhimento do ITR decorrente das seguintes alterações na Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – DITR apresentada pela contribuinte:

Área de Preservação Permanente: valor integralmente glosado. O laudo apresentado não foi considerado suficiente para comprovar a área de preservação permanente declarada, pois não descreve os respectivos valores para cada situação enquadrada no art. 2º da Lei nº 4771, de 1965, nem foram apresentados estudos, cálculos e mapas detalhando a localização com respectivos valores que teriam fundamentado as conclusões do autor, indicando-se apenas de forma genérica a área total de preservação permanente. Além disso, não foi apresentado o comprovante da solicitação de emissão do Ato Declaratório Ambiental - ADA, protocolizado tempestivamente.

Área de Utilização Limitada: consta das matrículas do imóvel averbação de 20% de reserva legal, entretanto, não foi apresentado o comprovante da solicitação de emissão do Ato Declaratório Ambiental - ADA, protocolizado tempestivamente, razão pela qual o valor declarado foi integralmente glosado.

Valor da Terra Nua: o valor arbitrado com base no Sistema de Preços de Terra da Secretaria da Receita Federal - SIPT, uma vez que o contribuinte, regularmente intimado, não apresentou Laudo de Avaliação, elaborado com base nas normas da ABNT, comprovando o valor declarado.

O autuante esclarece, ainda, que analisando-se os documentos apresentados pelo contribuinte, o presente NIRF é composto das matrículas de nº 15151, 18180 e 18723, com área total para o exercício de 2003 de 5.846,0ha, pois houve alienação de 511,96ha em dezembro de 2002. Aduz que as duas primeiras matrículas pertencem ao contribuinte (3.278,98ha) e que, a terceira, apesar de pertencer ao Sr. Rafael Abath Tavares (2.567,02ha) foram informadas pelo fiscalizado por ser o real possuidor do imóvel.

## DA IMPUGNAÇÃO

Inconformado, o contribuinte apresentou a impugnação de fls. 13 a 26, cujo resumo se extraí da decisão recorrida (fls. 43):

O interessado apresentou a impugnação de f. 13/26. Não questiona o valor da terra nua atribuído no lançamento. Com relação à glosa das áreas isentas, aduz, em síntese, que não há revisão legal que condicione a isenção das áreas de preservação permanente e de reserva legal à entrega do ADA. Argumenta que as áreas de preservação permanente e de reserva legal são isentas pelo simples efeito da Lei (Código Florestal), não estando sujeitas à prévia comprovação ou a formalidades acessórias, consoante disposição da Medida Provisória nº 2.166-67, que alterou o § 7º do art. 10 da Lei 9.393/96. Defende que, conforme Laudo Técnico, a área de preservação permanente corresponde a áreas de várzeas, sujeitas a inundação na maior parte do ano. Alega que a interpretação da isenção deve ser ampla, em

razão de a defesa do meio ambiente se tratar de direito transindividual. Discorda, ainda, de o fato de a área glosada integrar a base de cálculo do imposto, ao argumento de que referidas áreas, em nenhuma hipótese, podem ser consideradas aproveitáveis.

## DO JULGAMENTO DE 1<sup>a</sup> INSTÂNCIA

Apreciando a impugnação apresentada, a 1<sup>a</sup> Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Campo Grande (MS) manteve integralmente o lançamento, proferindo o Acórdão no 04-18.004 (fls. 41 a 49), de 26/06/2009, assim ementado:

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL*

*RURAL - ITR*

*Exercício: 2004*

*ÁREA DE RESERVA LEGAL. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. ISENÇÃO. REQUISITOS.*

*Por exigência de Lei, para ser considerada isenta, a área de reserva legal deve estar averbada na Matrícula do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis e ser reconhecida mediante Ato Declaratório Ambiental - ADA, cujo requerimento deve ser protocolado dentro do prazo estipulado. O ADA é igualmente exigido para a comprovação das áreas de preservação permanente.*

*PRESERVAÇÃO PERMANENTE.*

*Além de constar de ADA tempestivo, a área de preservação permanente deve também ser comprovada com Laudo Técnico, que deve discriminar as áreas, com o pertinente enquadramento previsto na Lei nº 4.771/1965 (arts. 2º e 3º), com as alterações da Lei nº 7.803/1989.*

*MATÉRIA NÃO IMPUGNADA.*

*Considera-se não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante.*

A decisão da DRJ deixa claro que o arbitramento do VTN é matéria não impugnada, uma vez que não foi contestado expressamente pelo contribuinte (vide fls. 43 e 44).

É o relatório.

## Voto

Conselheira Patrícia da Silva - Relatora

O Recurso Especial interposto pelo Contribuinte é tempestivo e preenche os demais requisitos de admissibilidade razão pela qual o concreço.

---

Importa salientar que a averbação da reserva legal não está em discussão (item a), visto que a própria autoridade lançadora reconhece que 20% da propriedade encontra-se devidamente averbada (fl. 3).

Como se pode notar, não se discute no presente processo a existência ou não das referidas áreas, mas a obrigatoriedade da utilização dos documentos exigidos em lei, dentro dos prazos previstos nos correlatas atos normativos, para a concessão da isenção decorrente da existência da área de utilização limitada no imóvel rural.

Neste mesmo sentido, essa E. CSRF já se manifestou no acórdão 9202-005.124, razão pela qual adoto o posicionamento ali expresso.

...

*Para se dirimir a controvérsia, é importante destacar, do Imposto Territorial Rural ITR, tributo sujeito ao regime de lançamento por homologação, a sistemática relativa à sua apuração e pagamento, e para isso adoto as razões do acórdão 9202.02146, proferido pela Composição anterior da 2ª Turma da Câmara Superior, da lavra do Conselheiro Elias Sampaio Freire. Para tanto, devemos analisar a legislação aplicável ao tema e para isso transcrevo os trechos que interessam do art. 10 da Lei nº 9.393/96:*

(...)

*Como se percebe da leitura do citado artigo, a área de reserva legal é isenta de ITR, e como este é um imposto sujeito a lançamento por homologação o contribuinte deverá declarar a área isenta sem a necessidade de comprovação, sujeito a sanções caso reste comprovada posteriormente a falsidade das declarações.*

*A Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, com a redação dada pela Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989 (Código Florestal Brasileiro, prevê a obrigatoriedade de averbação da área de reserva legal no registro de imóveis competente, nos seguintes termos:*

(...)

*Conforme apontado anteriormente, cinge-se a controvérsia acerca da necessidade de prévia averbação da reserva legal para fins de não-incidência do Imposto Territorial Rural ITR. Bem como existência de ADA para reconhecimento da área como de preservação permanente.*

*O argumento principal da Fazenda Nacional reside no fato de que para fins de isenção de ITR, a partir do exercício 2001, inclusive este, o ADA deve ser protocolizado no IBAMA no prazo de seis meses, contado do termo final para a entrega da respectiva DITR.*

*Saliento que a partir de 2001, para fins de redução do ITR, a previsão expressa é a de que haja comprovação de que houve a*

*comunicação tempestiva ao órgão de fiscalização ambiental, e que isso ocorra por meio de documentação hábil. Entendo aqui que a documentação hábil engloba um conjunto de documentos possíveis e não apenas o protocolo de ADA.*

*A meu ver não é necessário que a averbação da reserva legal seja realizada antes do fato gerador, pois se a área tinha condições de ser considerada isenta, e o foi posteriormente, é o que importa para consagração do Direito do Contribuinte, em virtude da aplicação da Verdade Material, privilegiada nos Processos Administrativos Federais por força da Lei 9784/99.*

*A área de reserva legal é isenta do ITR, consoante o disposto no art. 10, § 1º, II, "a", da Lei 9.393, de 19 de dezembro de 1996, por isso considero equivocado o condicionamento do reconhecimento do referido benefício à prévia averbação dessa área no Registro de Imóveis, posto que a averbação na matrícula do imóvel não é ato constitutivo do direito de isenção, mas meramente declaratório ante a proteção legal que tal área recebe.*

*A averbação da área de reserva legal na matrícula do imóvel feita após a data de ocorrência do fato gerador, não é, por si só, fato impeditivo ao aproveitamento da isenção de tal área na apuração do valor do ITR, ante a proteção legal estabelecida pelo artigo 16 da Lei nº 4.771/1965.*

...

**RESSALTE-SE QUE A MAIORIA DO COLEGIADO ENTENDE QUE  
A AVERBAÇÃO DE ARL É CONSTITUTIVA**

Diante de todo exposto nego provimento ao Recurso Especial interposto pelo Contribuinte.

*(assinado digitalmente)*

Patrícia da Silva